

Gente do mar — um objecto de antropologia social

Em países com grande extensão de costa, como Portugal e o Brasil, a vida marítima teve sempre uma importância invulgar, como é natural. E assim, natural é também que o mundo culto, tanto no que se refere aos homens de letras como aos cientistas, tenha desde muito cedo revelado interesse pela vida dos pescadores e dos mareantes. A cultura marítima acha-se, evidentemente, dentro do âmbito de interesses das ciências humanísticas, como sejam a etnologia ou a antropologia cultural.

Como diz Emílio Willems no seu excelente «Dicionário de Sociologia» a antropologia social pode ser considerada como uma parte da antropologia cultural, visto que a antropologia social restringe-se ao estudo das estruturas sociais, encontrando-se por isso muito próxima da sociologia.

Ao tratarmos agora, em resumo, da cultura portuguesa dos pescadores, sob o ponto de vista social-antropológico, teremos de usar, as mais das vezes, um vocabulário puramente sociológico. Esta resumida exposição basear-se-á em parte no material de alto valor, colhido por investigadores portugueses, como sejam Raúl Brandão, José de Castro, António Jorge Dias, A. de Amorim Girão, Santos Graça, Adolfo César de Noronha, Virgínia Rau, Orlando Ribeiro e Baldaque da Silva, e também nas próprias observações do autor durante uma estadia em Portugal, para estudo, de 1949 a 1951. Muito daquilo que se descreve aqui já deixou de existir, mas pode ainda ser investigado por meio de conversas com pessoas idosas.

Acção e inter-acção social

A matéria-prima de toda e qualquer análise social-antropológica, há-de necessariamente ser a acção social, e em especial a inter-acção social, i. é., as acções e reacções entre pessoas e grupos sociais. Quando entre um certo número de pessoas e grupos sociais as relações têm um carácter mais acentuado de permanência, há por vezes vantagem em se tomar o grupo social como unidade.

Nas comunidades portuguesas de pescadores, o social-antropólogo encontrará uma rede completa de laços sociais, que prende o pescador aos seus companheiros de trabalho, irmãos de ofício, e, frequentemente, donos de barcos e equipamentos, vendedores de peixe, etc. Devem igualmente despertar o interesse do social-

-antropólogo os laços que prendem o pescador à família e grupos sociais.

Frequentemente, a apanha de algas e moluscos, etc., bem como uma parte da pescaria, são exercidas por pessoas individualmente. Mas mesmo esses trabalhos contribuem também para formar relações sociais permanentes no serviço de transportes e na comercialização dos produtos. E o mais importante da faina da pesca e da propulsão dos respectivos barcos implica a cooperação entre dois ou mais indivíduos. A todo o longo da costa de Portugal e das ilhas atlânticas, encontramos uma série de tipos diferentes de barcos e, conseqüentemente, turmas de pescadores ou companhias em número variável.

Assim, por exemplo, durante a pesca do robalo com tresmalhos, e a pesca em grande escala, pode-se dar o caso de trabalharem em combinação várias turmas ou companhias de pescadores. E na pesca de arrasto com barcos grandes, notamos que o trabalho é repartido entre a turma do barco e um grupo especialmente destacado, ao qual compete arrastar a rede para terra.

Nas companhias ou turmas de pescadores, deparamos com a cooperação em forma de acções múltiplas; por exemplo, um pescador passa cabos ou braços da rede a um outro pescador, este por sua vez a um terceiro, e assim por diante. Um outro modo de cooperação se nota frequentemente quando há serviços pesados, que necessitam de esforços conjugados, como por exemplo quando se trata de varar o barco. Para combinar forças conjugadas, os pescadores recorrem muitas vezes a brados, com a exclamação rítmica de «ala arriba», ouvida sempre que se arrasta um barco para terra; e na região de Aveiro, por exemplo, em certas ocasiões durante lançamentos de barcos, um homem é especialmente destacado para soltar brados enquanto os outros trabalham.

Não é só durante o trabalho que os pescadores mantêm inter-acção social entre si. Geralmente os pescadores vivem em casas próximas umas das outras, formando assim um grupo vicinal. Entre os pescadores, deparamos também com associações voluntárias ou agremiações, como sejam sociedades beneficentes, irmandades e confrarias, tendo por fim amparar o pescador e a sua família em caso de doença ou falecimento, bem como organizar festejos religiosos, etc. É sabido que parte das funções dessas irmandades passou recentemente para as conhecidas Casas dos Pescadores.

Se por um lado a inter-acção social entre os membros de uma comunidade de pescadores é intensa, por outro, essa

inter-acção entre os pescadores e os membros de outros grupos sociais é muito rara; assim, por exemplo, uma rapariga poveira não deve ter nenhuma comunicação com «peixes de coiro» (i. é., gente da terra).

Posição social

Nas comunidades de pescadores, assim como em outros grupos sociais dos quais fazem parte pescadores, podem-se observar as diferentes posições ocupadas pelos membros de um grupo em relação uns aos outros, variando consideravelmente quer o poder sobre os indivíduos e o meio, quer o prestígio social. Daqui em diante usaremos a posição social como denominador comum para o conjunto de direitos e deveres de um indivíduo.

É muito grande a autoridade do arrais ou mestre entre os membros de uma companhia ou turma de pescadores. O arrais não é apenas o homem do leme que decide o rumo, e manda onde e quando devem ser lançadas as redes; ele pode também despedir qualquer membro da turma que repute indesejável, assim como aceitar novos membros. Em grandes empresas de organização complicada, que exercem a pesca com arte da xávega, a autoridade é frequentemente dividida entre o arrais do mar e o arrais da terra, e, em certos casos, um proprietário alheio à pesca. Em tais casos, pode haver dúvida quanto à pessoa a quem cabe o comando. Especialmente com mau tempo, quando há dúvida se o barco deve sair ou não, podem surgir situações de conflito entre os diferentes poderes executivos. Mas, apesar de tudo, essas situações de conflito constituem excepções à regra. Em geral uma ordem dada é obedecida sem qualquer atrito.

Frequentemente, a diferença na posição social manifesta-se na diferenciação económica, pois entre os pescadores há várias categorias de salário. Cada qual pode ganhar para si, ainda que pesquem todos no mesmo barco, sendo então geralmente o peixe marcado com o sinal da família do respectivo pescador. Tal é o sistema praticado entre os pescadores de pescada na Póvoa de Varzim. O sistema mais comum porém parece ser o do ganho comum, recebendo cada um o seu quinhão. Há também o sistema de salário fixo, principalmente quando a pesca é exercida de um modo mais intensivo. Seja qual for o sistema de pagamento, o salário varia naturalmente, conforme o trabalho com que se contribui, e o capital empatado. É interessante observar a subtiliza

com que os pescadores conseguem resolver o problema da distribuição, sob formas de pesca muito variadas.

Paralelamente com a diferenciação interna das companhas ou turmas, há também diferenças entre membros de companhas ou turmas diferentes. O estudo realizado na Póvoa de Varzim ainda no princípio do século presente, revela-nos uma acentuada distinção entre os lanchões, os rasqueiros-sardinheiros, e os pescadores de linha. Os primeiros possuem um equipamento mais caro, ganham mais, e estão por isso em condições de empregarem quem os sirva e vestirem melhor; etc. Devido ao risco do seu trabalho, longe no mar alto, gozam de grande prestígio. Também sob o ponto de vista linguístico, se distinguem da categoria seguinte, que são os rasqueiros (que na pesca da sardinha empregam redes chamadas rascas). No último grau da escala social, acham-se os pescadores de linha. Vemos assim uma sociedade de pescadores que se estratifica, justificando-se que a seu respeito falemos de uma hierarquia em que, para citar um exemplo, a estrutura social se mantém através da endogamia (isto é, a proibição ou pelo menos a condenação do casamento entre pessoas de diferentes camadas sociais).

Processos dissociais

Entre os muitos processos sociais, podem-se distinguir os processos associativos e os processos dissociais, como competição e conflito. Estes últimos tipos de processos são mais fáceis de se registar, razão porque serão aqui tratados em primeiro lugar.

Ao visitar-se uma vila de pescadores, depara-se frequentemente com peixeiras em corridas desabaladas, rumo à freguesia. Por outro lado manifesta-se a competição principalmente entre diferentes companhas de pesca, cobçando o mesmo local de pescaria. Essa luta para se alcançar os melhores locais de pescaria torna-se, em determinados casos, violenta a ponto de se transformar num conflito aberto, especialmente entre poveiros que usando pedras para peso nas suas redes, se encontram armados para delas fazerem verdadeiras batalhas navais. Contudo, na maioria dos casos, os mesmos poveiros procuram arrumar as suas contendas sem chegarem a vias de facto. A questão é levada para um tribunal de árbitros, composto de três pescadores velhos dos mais venerandos da vila — «os homens de respeito» —, cuja decisão é acatada por todo o poveiro.

Dissemos acima que as comunidades de pescadores estão frequentemente muito isoladas de outras comunidades, podendo

dessa circunstância resultar um certo antagonismo por parte dos pescadores que reputam depreciativamente a gente da terra como «tarrineiros» ou «peixe de coiro», gente que não sabe pescar.

As autoridades judiciais das regiões costeiras afirmam que a criminalidade é notoriamente baixa entre os pescadores. Aqui caberia intercalar o provérbio que diz: «enquanto o montanhês mata um homem, o homem do mar sacrifica um galo».

Processos associativos

Coerção, solidariedade, integração, equilíbrio social ou grupal, e condições semelhantes, são termos que se encontram frequentemente na literatura sociológica. Na maioria dos casos, fazem-se referências a análises sociomáticas, realizadas por meio de questionários e esquemas interrogativos. Esses métodos não se ajustam bem a certas comunidades onde trabalha o social-antropólogo, que tem frequentemente de renunciar a tratar o problema quantitativamente, contentando-se com a reprodução de observações dispersas. Em Parámos, o autor estudara uma das companhias que pescava com a arte da xávega; pouco tempo depois essa companhia foi dissolvida. Alguns meses mais tarde, quando irrompeu um macaréu ao sul do Porto, muita gente da vizinhança correu ao local, a fim de observar os efeitos da catástrofe. Entre os espectadores notava-se um grupo de homens, algo afastado dos outros: eram os membros da companhia dissolvida.

Um indício de consciência colectiva, ou *espírito de corpo*, é o emprego assíduo das palavras *nós* e *nosso* («a nossa lancha, etc.»), representando a companhia de pesca — sem dúvida aquilo a que os anglo-americanos chamariam um «we-group».

Acresce que o social-antropólogo pode registar factores que presumivelmente corroboram a coerção social, ou que, em qualquer caso, têm relação com o problema.

É frequentemente difícil distinguir entre circunstâncias e conclusões, sendo grande o círculo vicioso no raciocínio. Os factores que vamos apontar resumidamente são: o isolamento do grupo, a duração e frequência da inter-acção, e, finalmente, o factor emocional na vida do grupo.

Para a tripulação de um barco no alto mar, o isolamento do resto do mundo é sem dúvida muito grande. Isto de resto é igualmente verdade para a pesca à beira-mar, onde também pode haver uma separação nítida entre os pescadores e o resto da comunidade. E diz especialmente respeito aos pescadores de safra periódica, vindos do interior, e que se alojam em palheiros

ou outras moradias temporárias na costa arenosa de Portugal. A duração da inter-acção na própria pesca varia muito evidentemente, conforme se trata de pesca costeira, pesca no alto mar (3/20 milhas da costa) e pesca longínqua, esta última em costas ultramarinas, como Marrocos e Terra Nova, durando portanto vários meses.

Mudando de uma pesca de safra periódica para outra, verifica-se, frequentemente, que uma companhia se divide em várias companhias menores, ou companhias menores se unem, formando uma companhia maior. Na pesca da sardinha, no Inverno, na costa norte de Portugal, tomam parte catraias, batéis e lanchas pequenas, cujas populações agrupadas pescam pescada em lanchas grandes em outras épocas, sendo os réditos divididos entre todos os membros da lancha grande. Por ocasião da mesma pescaria da sardinha juntam-se pescadores de linha de duas catraias ou caíques, tripulando um batel.

Nos intervalos da pescaria, os pescadores mantêm íntima inter-acção nos «fieiros» e nas bebidas.

Se os pescadores arranjam outro serviço depois de terminar uma estação, é vulgar escolherem o mesmo sítio onde trabalham, a fim de manterem entre si o contacto. Os pescadores de Mira por exemplo, seguem todos os Outonos para o Alentejo onde trabalham nos canaviais existentes nessa região.

Deve-se também ter em conta o lado emocional da inter-acção no estudo da coerção grupal. Os incidentes dramáticos experimentados pelos pescadores durante o seu trabalho, seja na altura de vencer a ressaca, seja quando aguentam a tempestade no alto mar, representam, sem dúvida, um papel importante. Devem-se considerar as experiências mútuas adquiridas na luta com o mar, como um factor de união. Sabe-se que os pescadores praticam actos religiosos durante o seu trabalho. Descobrem-se ao rezar o seu Padre-Nosso ou a Salve-Rainha, quando a caminho do local onde vão trabalhar ou na ocasião de largarem as redes sob invocações e súplicas. O mesmo se dá com os barqueiros ao entoarem os seus cânticos quando começam a remar. Porque despertam emoções, essas práticas têm também uma função social psicológica: robustecem os laços existentes entre os membros do grupo, tornando-os, como lhes chamam Chapple e Coon, «rites of intensification».

Normas de comportamento

Certos autores empregam as expressões *coerção social* e *contrôle social* como sinónimos. Para toda a coerção social são essenciais os meios mediante os quais o grupo procura assegurar a obediência dos seus membros. Essas normas ou padrões de comportamento compreendem todos os costumes, usos, preceitos morais, leis, etc., cuja função é manter a organização social.

À medida que os membros do grupo observam ou infringem as normas, a sociedade reage com sanções positivas ou negativas. Se um pescador não se comporta em conformidade com as normas da companhia ou da comunidade dos pescadores, na maioria dos casos a opinião pública, como sanção difusa, será suficientemente eficaz. Santos Graça relata casos assaz interessantes que mostram como actua a pressão da opinião pública na antiga comunidade poveira. Por exemplo, se um poveiro mantiver relações interditas com estranhos, a reacção pode ir a ponto de o forçar a emigrar. Paralelamente ao tipo espontâneo e difuso de sanções, temos a justiça organizada, onde intervém particularmente as instituições jurídicas. Como fizemos ver acima, os pescadores poveiros nomeiam um tribunal especial, composto de três «homens de respeito» ou *homens-bons*, e por isso nunca levam as suas queixas perante um tribunal oficial.

Socialização

Quando o social antropólogo fala de socialização, refere-se ao processo social segundo o qual o indivíduo é integrado na sociedade. Desse modo, socialização significa aprendizagem no sentido mais lato da palavra.

Muito cedo o jovem pescador se acostuma ao mar e à vida de marinheiro. Com o bicheiro e o ganha-pão apanha o polvo e o camarão, e com a vara e a linha pesca o seu primeiro peixe entre as pedras da beira-mar. Se estiver bom tempo, procura vencer a quebração numa masseira. Já com a idade de sete ou oito anos o rapaz começa a servir numa companhia. O seu primeiro serviço será o de *escunhar* e limpar o barco, chamar a companhia «pro mar» ou a gente para varar a embarcação e em geral servir de mensageiro do arrais ou outros velhos da turma. Também aprende a fazer redes nos serões.

Em algumas comunidades de pescadores, como por exemplo em Marrocos, a admissão de um jovem na turma é assinalada

com verdadeiros «ritos de passagem». Desconheço essa cerimónia complicada em território português, mas quando a aprendizagem marítima está adiantada de modo que o rapaz crescido possa ser reputado meio homem (que ganha meio quinhão) passando mais tarde a ganhar um quinhão inteiro, é chegado o momento de convidar os seus companheiros para beber o vinho. O acesso do jovem poveiro de solteiro a casado não pode ter efeito sem que ele tenha atingido o estado de adulto na turma de pesca, isto é, possuir utensílios suficientes para ganhar o seu quinhão inteiro. Os companheiros do noivo convidam-no para uma pequena festa, marcando com isso a saída do pescador poveiro da roda dos solteiros.

Numa exposição resumida como esta, apenas ligeiramente é possível tratar de certos problemas social-antropológicos, elucidando-os com alguns exemplos buscados em comunidades portuguesas de pescadores. Para todos os amigos de Portugal é motivo de regozijo constatar que, de facto, existe nesse belo país não sòmente uma aprimorada cultura da profissão piscatória, extremamente rica em variedade de aspectos, mas também um elevado número de notáveis investigadores e instituições de pesquisa empenhados, em constante actividade, em fazer avançar a ciência antropológica.

KNUT WEIBUST.

Sistemas de construção com madeira e materiais leves

Um tipo de «Fachwerk» em Portugal

O mais característico sistema europeu de construção com madeira e materiais leves, usado sobretudo na Alemanha, no nordeste da França, na Inglaterra, na Suíça, nos países danubianos, e certamente noutras regiões ainda, e que leva em alemão o nome de «Fachwerk» — ou seja: o revestimento por sectores —, é, como a sua designação sugere, um processo em que a parede é composta de barrotes verticais, horizontais e oblíquos, formando uma grade ou armação, cujos vazios se preenchem com tijolos ou outros materiais idênticos, e que portanto se pode fazer por sectores. Este conjunto, que se ergue a partir de um soco alto ou mesmo um rés-do-chão de pedra, é geralmente aproveitado para belos efeitos decorativos; todo o madeiramento da armação fica